



Sr. Presidente da Comissão de Licitação
Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE

RESPOSTA: IMPUGNAÇÃO - SEDNA ENGENHARIA LTDA - PARTE TÉCNICA ENGENHARIA

Caro, chegou até o setor de engenharia despachado por vossa senhoria, IMPUGNAÇÃO ao Edital de Tomada de Preços nº 2021.03.08.001, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada visando a prestação de serviços de engenharia consultiva e assessoramento e elaboração, de acordo com a demanda, de projetos de arquitetura e engenharia, junto às Unidades Administrativas do Município de Boa Viagem/CE, impugnação esta impetrada pela empresa SEDNA ENGENHARIA LTDA.

Segue os fatos elencados e questionados quanto a parte técnica sob responsabilidade deste setor de engenharia:

1. "(...) solicitar que a empresa esteja inscrita em 02 conselhos no CAU e no CREA, (...) se a empresa esta inscrita no CAU o responsável técnico engenheiro civil ou engenheiro elétrico pode ser contratado perante CLT ou contrato de prestação de serviços, sem necessidade da empresa estar inscrita no CREA, ou vice versa, (...)”

Segue nosso entendimento e parecer:

R. 1. Quanto ao item 1 - É importante frisar que o objeto da licitação se trata objetivamente de “**Elaboração de projetos de arquitetura E engenharia**”, bem como as especificações dos serviços no termo de referência tratam de serviços de natureza distintas de competência de profissionais distintos, onde o município irá contratar uma empresa com a devida inscrição no conselho competente, o inciso I do Art. 30 da Lei de Licitações determina que a empresa possua inscrição na entidade profissional competente, portanto, se tratando de projeto de arquitetura e engenharia se faz totalmente necessária que esta empresa esteja inscrita na entidade profissional competente - Arquitetura - CAU e Engenharia - CREA, caso a administração contratasse empresa para prestar serviço relativo ao CREA em que a mesma não estivesse inscrita neste conselho seria considerado exercício ilegal, e vice versa, assim não sendo desarrazoada a exigência nem tampouco restritiva.



Vejamos:

**RESOLU O N  1.121, DE 13 DE
DEZEMBRO DE 2019 - CONFEA**

“Art. 3  O registro   obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.”

**RESOLU O N  28, DE 6 DE JULHO DE
2012 - CAU**

“Art. 20. A pessoa jurídica que, na forma de seus atos constitutivos ou em razão do objeto social ou das atividades efetivamente desenvolvidas, mantenha se o técnica por meio da qual preste ou execute, para si ou para terceiros, obras ou serviços técnicos que se enquadrem nas atividades, atribui es ou campos de atua o profissional da Arquitetura e Urbanismo, está obrigada ao registro da referida se o no CAU/UF da localidade da sua sede.”

Verifique a administra o não pode se dar ao privilégio de fugir a determina o da lei nem mesmo se desviar dela, portanto, o edital quando pede a comprova o da inscri o no CREA e no CAU não está pedindo algo que não existe, mas sim apenas resguardando o interesse público para que as empresas que participarem do certame possam executar o serviço a contratar da melhor maneira possível.

Este   o nosso parecer.

Boa Viagem/CE, 24 de março de 2021.

Sivanildo Fragozo Vieira
Engenheiro Civil
RNP n  060142329-1